

MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Em cumprimento ao § 1º do art. 9º da Resolução CNJ/115, introduzida pelo art. 3º da Resolução CNJ/123, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Tribunal Regional Federal – 3ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho – 15ª Região celebram o presente acordo de cooperação, estabelecendo os padrões para o cálculo do rateio proporcional, necessário para a formação das listas autônomas por Tribunal.

O presente acordo se regerá pelas seguintes disposições:

1. Os Tribunais que participam do presente acordo, elaborado em atenção à franquia concebida pelo art. 9º, § 1º, da Resolução CNJ/115, introduzida pelo art. 3º da Resolução CNJ/123, se comprometem a compor “listas de credores”, contemplando, separadamente, os precatórios formados por cada Tribunal, permitindo a cada Corte de Justiça que promova o direto controle e pagamento dos respectivos credores;

2. As listas autônomas serão compostas em atenção à proporcionalidade aprovada pelos integrantes do Comitê Gestor, **percentual** que deverá ser calculado pela DEPRE, apurado com base na participação proporcional de cada Tribunal no total geral de precatórios em mora de cada Unidade Pública Devedora.

§ 1º No Regime Especial o percentual será apurado por Unidade Pública Devedora e terá como base o saldo total de precatórios apurados no dia 1º

de julho de cada ano. O cálculo se guiará pela seguinte fórmula: **(Percentual de Rateio = total da mora de todos os Tribunais : total da mora do respectivo Tribunal X 100);**

§ 2º O percentual do rateio apurado nos termos do parágrafo anterior será submetido à aprovação no período de agosto a outubro.

3. O rateio proporcional dos valores depositados deverá ser feito pelo TJSP aos demais Tribunais, mensalmente, em relação às Unidades Públicas Devedoras submetidas ao Regime Especial, até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento do recurso.

Parágrafo único. O percentual de rateio será revisto anualmente em 1º de julho e aplicado a partir do mês de janeiro do ano subsequente.

4. A criação das listas autônomas não desonerará os Tribunais de fornecer os valores dos novos requisitórios para controle geral do percentual.

5. Os Tribunais deverão informar à DEPRE o número das contas bancárias para a transferência do rateio proporcional. As contas serão informadas por Unidade Pública Devedora, sendo uma conta para a organização da lista cronológica e de preferências e outra para as demais formas de quitação dos precatórios.

6. Será de incumbência de cada Tribunal controlar a ordem de precedência na cronologia de cada lista, bem como, realizar e fiscalizar os acordos individuais de cada Unidade Pública Devedora.

7. Os demais Tribunais que possuam precatórios controlados pelo TJSP serão comunicados do presente acordo, podendo aderir à sistemática de listas separadas por Tribunais.

8. Dê-se conhecimento deste ao CNJ, às Unidades Devedoras do Estado e à OAB.

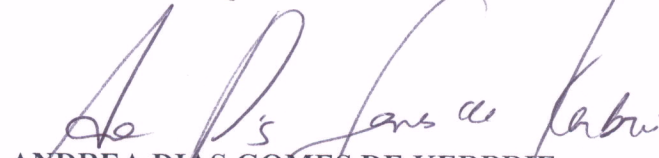
O presente acordo produzirá efeitos a partir de julho de 2017.

São Paulo, 16 de outubro de 2017.



LUÍS PAULO ALIENDE RIBEIRO

Desembargador Coordenador da
Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



ANDREA DIAS GOMES DE KERBRRIE

Diretora da Secretaria de Precatórios
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representando o Desembargador Fabiano Lopes Carraro



SÉRGIO JOSÉ BUENO JUNQUEIRA MACHADO

Desembargador
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região



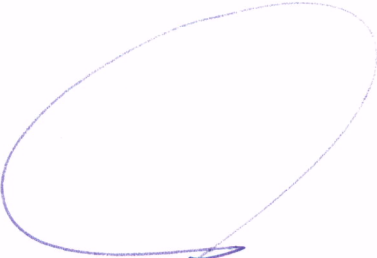
JONAS SANTANA DE BRITO

Desembargador
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região




HOMERO BATISTA MATEUS DA SILVA


Juiz Auxiliar da Presidência
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região



LEVI ROSA TOMÉ
Juiz Auxiliar da Presidência
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região



MARCO ANTONIO INNOCENTI
Presidente da Comissão de Precatórios do
Conselho Federal da OAB e da Comissão de
Estudos de Precatórios do IASP



JOÃO PAULO GUIMARÃES DA SILVEIRA
Membro da Comissão de Precatórios da OAB/SP